

Dívida Pública

Ameaça de calote

31 AGO 1995

O presidente do Senado, José Sarney, deu um ultimato ao presidente Fernando Henrique Cardoso: se, em 15 dias, o governo federal não encontrar uma fórmula para aliviar os governos estaduais e municipais no pagamento de suas dívidas, calculadas em cerca de R\$ 100 bilhões, os senadores aprovarão uma resolução que não pode ser vetada pela Presidência da República e entra em vigor imediatamente, reduzindo de 11% para 7% o percentual das receitas estaduais e municipais que pode ser comprometido com o pagamento dessas obrigações. Será um calote legalizado que pode esvaziar os cofres federais em R\$ 1,5 bilhão por ano.

E a ameaça do calote não paira somente sobre o governo federal e as instituições oficiais de crédito. As instituições financeiras privadas também podem ser obrigadas a colaborar. Sarney, com a concordância do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Gilberto Miranda, e do líder do PMDB na Casa, Jader Barbalho, quer que a parte da dívida de Estados e municípios, cujos títulos se encontram nas mãos dos bancos públicos e privados, seja paga em 30 anos, com dois anos de carência, e a juro de 6% ao ano, o mesmo que é aplicado nos depósitos em cadernetas de poupança. Por coincidência, os três comandantes do plano de calote pertencem ao mesmo grupo do PMDB, liderado por Sarney, e estão irritados com o presidente Fernando Henrique porque acham que foi ele que influenciou os governadores peemedebistas a vetarem a candidatura de Barbalho à presidência nacional do partido. Sarney tem outro motivo para estar agastado com o governo: as verbas federais para o Maranhão, governado por sua filha, não estão sendo liberadas com a generosidade que ele deseja.

A decisão dos senadores de pressionar o governo federal no caso das dívidas estaduais e municipais foi tomada depois que eles ouviram, em uma sessão secreta da Comissão de Economia, o dramático relato dos 27 secretários estaduais da Fazenda sobre a lastimável situação financeira de suas unidades. Essa dívida de

R\$ 100 bilhões “é impagável” — resumiu o secretário paulista Yoshiaki Nakano. Segundo os secretários, a situação que já era ruim piorou depois do Plano Real: Estados e municípios deixaram de se beneficiar do “imposto inflacionário” que, de acordo com o secretário mineiro João Heraldo Lima, garantia o pagamento anual de “duas ou três” folhas de salário do funcionalismo e tiveram a dívida fortemente elevada pela política de juros altos do Banco Central. O caso de São Paulo é um exemplo desse problema: a dívida total de R\$ 34,2 bilhões registrada no ano passado chega agora a R\$ 43,7 bi, sem que o governo tenha tomado um único empréstimo novo e ainda tendo amortizado R\$ 800 milhões do que devia.

O argumento é correto mas não justifica a choradeira nem o calote. O governo federal também perdeu receita do imposto inflacionário e também está com a dívida aumentada e gastando mais com os juros. E, no entanto, tem feito um grande esforço para segurar suas despesas, o mesmo não acontecendo com Estados e municípios, com poucas exceções. Enquanto o governo federal e as empresas estatais, segundo dados do Ministério do Planejamento, produziram um superávit de 0,7% do PIB até maio deste ano, contra 0,5% no mesmo período do ano passado, o déficit dos governos estaduais e municipais mais que triplicou no mesmo período: passou de 0,6% para 2,1% do PIB. “Eles estão pagando as contas das eleições” — resumiu o ministro José Serra.

Por isso, não tem sentido o Senado federal autorizar esse calote. Irá desvestir um santo, que bem ou mal está tentando gastar menos, para vestir santos que continuam, prioritariamente, querendo gastar mais. O que os parlamentares têm de fazer é criar condições — e forçá-los a cumpri-las — para governadores e prefeitos venderem ativos inúteis, desestatizarem e gastarem menos e melhor. Começando pela aprovação da reforma administrativa.